

5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2023

ATA NÚMERO VINTE E TRÊS

10 Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, teve lugar a 3ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em dezassete de novembro de 2022, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, em exercício, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Moraes e Sousa e a 2ª Secretária, em exercício, Dália Miranda Eira.-----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Jaime da Silva Quintas, João Moraes de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, Maria José Gamboa Campos, Natália Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Serafim Silva Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Luísa Maria Porto Ferreira da Silva, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira, Jorge Manuel dos Santos Pereira.

20 Faltaram os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira; Carla Isabel Argueles Cáceres, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Jorge Filipe Gomes Pereira; Carlos Alberto Pinto Ribeiro que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Abel Filipe Dias Gonçalves; Joaquim António Dias Tavares, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, João Pedro Ferreira Martins; Joaquim César Ramos Rodrigues, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Gil Manuel Camarinha da Costa; Mónica Alexandra da Silva Almeida, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Manuel Benjamim Leite Soares; Vítor da Silva Pereira Canastro, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira; José Fernando Santos Almeida, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Júlia Dorinda Lima Sampaio; Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, que

5 faltou; Rui de Brito e Cunha Leite de Castro, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. -----

10 Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo e os Senhores(as) Vereadores(as): Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia, José Joaquim Cancela Moura e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----

Estiveram ausentes os senhores Vereadores: Marina Raquel Lopes Mendes, José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar e Dário Soares Freitas da Silva. -----

15

Ponto 4.32. da Ordem de Trabalhos “Eleição do Candidato a novo Membro da Comissão Executiva Metropolitana”.-----

20 **O Senhor Presidente da Mesa,** referiu que a Lei, para esta Eleição em concreto, não incluía os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, pelo que não seriam chamados.-----

Seguidamente, o senhor Presidente da Mesa procedeu à chamada para a votação na lista única apresentada denominada A. -----

Findo o escrutínio, anunciou os resultados da votação, que foram os seguintes conforme documento que se anexa, (vide anexo nº1): -----

25 **Descargas na lista de chamada: 22** -----

Votos entrados na urna: 22-----

Votos a Favor: 15-----

Votos Contra: 1-----

Votos em Branco: 6 -----

30

5 **Ponto 4.33 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Orçamento e Opções do Plano para 2023.**-----

10 **Senhor Deputado Jorge Pereira (CH)** aludiu que o orçamento e opções do plano para 2013 deveria ser um documento de compromisso entre os eleitos e os cidadãos. Um verdadeiro compromisso entre os eleitos e os cidadãos seria, no seu entender, o município aliviar o esforço fiscal para aqueles, no momento de aflição e dificuldade, como era o caso em que todos vivíamos de momento. Uma das rubricas que mais preocupou o CH foram os encargos com a habitação das famílias. O CH propôs, no âmbito do direito de oposição, a aplicação da taxa mínima de 0,30 por cento de IMI, a todos os prédios identificadas com habitação própria e permanente do município de Vila Nova de Gaia. Disse estarem apenas a pedir a intervenção da autarquia onde o orçamento das famílias é especialmente vulnerável e que é nos custos relativos à habitação. 15 Acreditavam que esses riscos deveriam ser acautelados, através de políticas fiscais diretas ao cidadão e que não viam essa preocupação patente no orçamento e opção do plano para 2023, entre outras políticas de apoio. Que o CH não acompanhava a proposta de Orçamento do plano para 2023 e votava contra. -----

20 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues**, prestou os devidos esclarecimentos ao senhor Deputado, e disse que considerava pouco ambicioso cingir uma abordagem e uma discussão sobre o plano e Orçamento de uma câmara Municipal, num valor de quase 300 milhões de euros, a uma discussão sobre um por cento do IRS, que correspondia basicamente a 0.01% desse montante. Que não conseguia acompanhar aquela ideia, já que havia uma desoneração fiscal ou então as políticas fiscais vertidas no documento não eram devidamente tidas em conta. O executivo não pensava no orçamento em termos de política fiscal, como não pensava em termos de política social ou ainda de política ambiental. Essas decomposições seriam decomposições temáticas e depois aplicadas nas rubricas orçamentais. O orçamento tem que ser pensado, como um todo integrado, e como tal, achava que ninguém acreditava e nem o deputado em causa, que a redução do IMI, contribuiria para melhorar o acesso à habitação, ou sequer facilitar às pessoas o pagamento da mesma. Que existia por parte do senhor deputado um desfasamento da realidade. Haveria necessidade de estabilizar o raciocínio, que não era possível pedir reforço das políticas sociais e redução de impostos, pois continuou dizendo que precisávamos de um justo equilíbrio entre, por um lado uma angariação de receita, que estava nos seus níveis normais, que ficava feliz, quando comparava com Lisboa, Sintra ou até o Porto, mas se quiséssemos ser honestos, do ponto de vista da apreciação das 25 contas, por ex. o município do Porto tinha um saldo transitado de 90 milhões de euros. Não era viável, ao Município de Gaia, prescindir da receita como está a referir, ainda por cima, invocando a crise. A derrama por ex. nada tem a ver com a crise, pois a derrama imputa aos lucros das empresas. Pensava ser um orçamento equilibrado e tinha orgulho nele, mas respeitava as opiniões do senhor deputado.----- 30 35

5 **Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)** disse acolher plenamente aquilo que foi a intervenção do Presidente Eduardo Vítor Rodrigues, não podiam alimentar demagogias. A preparação do orçamento, era uma preparação feita de forma multidisciplinar, uma forma holística, não se podia ver apenas sob um prisma fiscal, sob um prisma ambiental, etc., no entanto, focou alguns pontos que considerava fazer sentido. Em 2022 a taxa de inflação prevista do Eurostat e outros, como o caso do FMI, para Portugal situou-se em 8%,
10 portanto, isso era uma perda do poder de compra real para os portugueses. Perceber que em 2023 ficará em 5% já é uma boa notícia. Como o senhor Presidente, disse e muito bem, de facto, não era baixando o IMI que se resolvia toda a situação em Gaia, mas parecia que não era com a redução da derrama estadual que também se atraía mais investimento. Na opinião da Iniciativa liberal, poderia haver projetos de inovação social, existia o projeto vozes de Gaia e o projeto eu e a minha reforma, que estavam avaliados em
15 respetivamente 400.000 euros, e mais ou menos 860.000 euros. Perguntando se, efetivamente era necessário o montante de 1,3 milhões. Um outro ponto, por exemplo, obter redução da despesa, naquilo que era um dos projetos mais famigerados do atual executivo municipal, os parques temáticos, e dando o exemplo, do parque temático dos Descobrimentos estádio do Beira mar em Canidelo, a volta ao mundo em 80 dias, o Parque da Lavandeira. Gostariam de perguntar e numa base de custo/benefício, se efetivamente
20 num momento de elevadas taxas de inflação, de uma crise habitacional tremenda, faria sentido a sua existência. Disse, ter que elogiar o executivo liderado pelo Doutor Vítor daquilo que foi o trabalho desenvolvido, a consolidação da situação financeira do município e, portanto, que o trabalho de redução do passivo da dívida de médio e longo prazo, tem sido feito de forma exemplar, e havia que dar-lhe os parabéns e, no fundo, dizer que, apesar destes pontos positivos, não descurando aquilo que é também o trabalho na
25 área ambiental e neste caso a substituição daquilo que foi a iluminação convencional pela iluminação LED, o Partido Iniciativa liberal, iria votar contra.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou os devidos efeitos ao senhor Deputado, referindo desconhecer onde foi buscar informação, começando primeiro com as correções. Há 2 dias, atrás, tinha sido votado, para a área urbana, uma taxa de IMI em Gondomar, de 0,4%. Não sabia como
30 é que 0,4% na zona urbana se comparava com a taxa de IMI de Gaia, em todo o concelho. Por seriedade e já que o senhor deputado referiu o caráter holístico do orçamento, gostaria de lhe perguntar se teve a mesma comparabilidade no que dizia respeito ao preço de água em Gaia e em Gondomar. Quando o senhor deputado olhava para o anuário financeiro dos Municípios Portugueses e avaliava per capita, e que não falava de receita absoluta, que era fácil per capita pois o volume de receita, de Gondomar, é melhor que o de Gaia.
35 Disse, ter encontrado uma câmara com 299 milhões de euros de dívidas, que o senhor deputado não podia comparar as duas realidades, que isso era demagogia. Por outro lado, o senhor deputado sabia que o volume de IRS que pagava uma população ativa do Porto, era 60% da população ativa de Gaia, era maior do que o volume de IRS de Gaia, porque o nível salarial no Porto é bem mais elevado e, portanto, aconselhava-o a não

5 fazer comparações. No que dizia respeito aos custos da iluminação pública e paga pelo município, tinham um custo na ordem dos 6 milhões e no orçamento está lá 3,7. Quando refere a inflação, imputa também despesa na Câmara municipal, ou não comprasse a Câmara Municipal 12.000 refeições escolares por dia, por exemplo. O senhor presidente da Câmara foi esclarecendo o deputado e afirmou que os parques temáticos, chamam-se assim, porque são parques integrados, custam mais dinheiro. Não são apenas baloiços, são coisas um bocadinho mais ousadas, contam uma história, levam as pessoas a acreditar no imaginário, que em muitos casos nos moviam a todos. Mobilizavam famílias, mobilizavam o conhecimento do concelho. O conceito dos parques temáticos era um conceito de diversidade de histórias, que iria fazer com que um cidadão, uma família, quisesse conhecer o parque temático, sem precisar de ir para o parque da cidade, caminhar ou usufruir da natureza porque nada existia em gaia. É uma opção política. Quanto à redução da dívida, não agradece a homenagem, porque não reduziu dívida comum. O senhor deputado, sabia que aquilo que marcava a estratégia de gestão da Câmara não era a lógica contabilística de reduzir dívida, era a lógica sustentável de conciliar a redução da dívida, para níveis razoáveis, o aumento do investimento, e as políticas sociais mais promissoras. O executivo da Câmara está a implementar um modelo de gestão, que ganhou um prémio de sustentabilidade, primeiro prémio do país, dado pela revista económica. Estamos a implementar um modelo de gestão moderno e arrojado, à melhor imagem que se faz nesta Europa. Não havia um modelo de redução de dívida, porque isso ficava para um contabilista, já vimos que o senhor deputado olhou para a parte contabilística, mas que não era contabilista.-----

Senhor Deputado Pedro Ribeiro (PAN) disse que para o PAN a política tem e deveria ser direcionada para a mudança e desenvolvimento, não só económico e social, mas sobretudo de mentalidades, pois serão essas que não-de permitir a adoção de novos comportamentos que permitirão ver e sentir o mundo de uma forma sustentável e justa. É com surpresa e expectativa que encaravam o orçamento para 2023, ainda mais quando vemos na sua raiz programática, que se apresenta em 8 eixos, coincidir, na sua globalidade, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O PAN é do entendimento que as políticas implementadas pelo executivo e plasmadas no orçamento já se comprometiam, de alguma forma, com metas estruturais em matéria de ambiente, nomeadamente nas políticas que se relacionavam com a preservação e promoção da biodiversidade, mas também com as da sustentabilidade. Para terminar, disse que tendo em conta tudo em que se reviam no orçamento para 2023, e porque efetivamente eram um partido responsável e queriam a estabilidade e segurança dos gaienses, deixavam uma vez mais um voto de confiança ao executivo, e acompanhariam o presente Orçamento, conforme documento em anexo (Vide anexo nº2).-----

35 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues**, prestou os devidos efeitos ao senhor Deputado, relativamente ao plano e Orçamento para 2023 que, consideravam ter ido mais longe do que refletir medidas que ainda não tinham sido discutidas, elas estavam a ser verdadeiramente implementadas e mesmo as questões que o Senhor deputado levantava como a questão da mobilização seria capaz de

5 mostrar, com dados muito precisos, que no momento era uma questão residual. A Câmara irá ter uma
pressão financeira na ordem dos 8 milhões para a Educação, 1,7 milhões para ação social, grosso modo, 10
Milhões. Disse, defender aquela posição por 2 razões, primeiro, porque ainda acreditava no país, e depois
que no, primeiro balanço junto da Comissão de acompanhamento, iríamos ser ressarcidos, no todo ou em
10 parte, daquilo que demonstrarmos ter razão. Se assim não acontecer, ficaria triste, porque o sistema não
funcionou, mas não arrependido, porque se o não fizesse quem perdia eram as escolas, a comunidade, as
crianças. Deixou ainda alguns esclarecimentos sobre a temática. -----

Senhor Deputado André Araújo (CDU) relativamente ao ponto em discussão, entre outros considerandos,
referiu que a subida significativa da inflação é inseparável da especulação, da recusa de aumento de salários
e pensões, da recusa de regulação dos preços, fatores que estão a corroer as já difíceis condições de vida da
15 generalidade da população. Ao mesmo tempo que se intensificavam os ataques aos direitos e aos salários
dos trabalhadores, imputava-se aos municípios cada vez maiores e mais exigentes respostas sociais à
população. Disse, esperar que aquele fosse o momento de esclarecimento e respostas às perguntas que a
CDU iria colocar, apesar de compreenderem o argumento de que aquele Plano fazia parte de uma visão
plurianual em que se integravam um conjunto vasto de obras e ações. Deixaram diversas questões: se o
20 “Voucher-Creche” iria ser dado a todas as famílias, qual o número de famílias abrangidas e o valor da
comparticipação. Quanto aos apoios a pessoas em situação de carência económica e emergência social, qual
os tipos de respostas a serem dadas no terreno. No capítulo da habitação, viam com preocupação os avisos
da possibilidade da não aplicação total dos 143 milhões de euros. Se o facto se devia apenas a uma questão
de regulamentação e legislação ou da falta de resposta do mercado. O “Programa de Apoio ao
25 Arrendamento” quantos agregados apoiava e qual o valor médio por agregado. No capítulo da Saúde, qual o
ponto da situação relativamente aos dentistas, horários e reabertura das SASU’s, conforme documento em
anexo (Vide anexo nº3).-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou os devidos esclarecimentos ao
senhor Deputado, mas que gostaria de lembrar que de facto a sua visão e enquanto autarca, era de que as
30 políticas sociais só teriam sucesso, se não se dirigirem exclusivamente aos mais pobres, mas se forem
políticas sociais abrangentes às classes médias, e como tal não poderemos deixar de dar sinais de valorização
das políticas públicas municipais, sociais, para as classes médias, quando, por exemplo, o início do ano letivo
atribui o voucher igual para todos os alunos independente da sua condição. E no que diz respeito à questão
fiscal, a única coisa que abrange as classes médias, digamos, “favorecimento” é mesmo a questão do IRS o
35 que não é a questão o IMI. No que diz respeito às políticas escolares, isso é evidente, exceto nos pagamentos
de refeições escolares, e nos ATL’s, porque é de lei, porque, de resto, está a tratar todos por igual.
Relativamente também à questão da escola. Ao fim de 8 anos de Gaia Aprende+, já começa a ser cansativo
ouvir falar do Gaia Aprende+ sem lá ter posto os pés. Quanto ao Observatório social, irá sair no mês de

5 dezembro o livro que sistematiza todos os contributos de pessoas, e que vai ser público, e a partir daí, não só haverá um instrumento de conhecimento e diagnóstico como vão passar a ter um e a expectativa é que daqui a 2 anos, o Observatório social possa repescar os dados e compará-los para perceber a “evolução social”. Relativamente à saúde, todas as novas intervenções nos centros de saúde, previam um médico dentista, que a questão do SASU não se colocava pois a gestão de horários era uma questão basilar da descentralização, enquanto não houvesse gestão de horários, não tinha interesse nenhum na descentralização da saúde. Na questão da habitação, tinham de momento para execução 57 milhões. Estavam a tratar dos editais da Câmara de Gaia e a lançá-los. Criaram um modelo, que foi o único que conseguiu operacionalizar um terço da verba em ano e meio, 57 milhões à partida contratualizados. -----

15 **Senhora Deputada Luísa Ferreira da Silva (BE)** quanto ao Orçamento e Opções do Plano 2023 fundamenta a política orçamental em 7 eixos e compromissos centrais que vão de Gaia Educadora a Gaia a Liderar. De uma forma geral, eram positivos os princípios em que assentavam os compromissos a que se propunham. Com esses compromissos, estavam genericamente de acordo, nas áreas da Educação, Ação Social, da Saúde e do Ambiente. Deixava questões como para quando se previa atingir o objetivo de construção das muitas ciclovias necessárias para cobertura do território para além das zonas de lazer e das praias, e quais as etapas temporais para lá chegar De forma semelhante, qual o calendário e o enquadramento orçamental para o Museu da Cidade/Museu do Ambiente, a Rede de Piscinas Municipais e, de uma forma geral, para os projetos enunciados na Área do Ambiente tais como a redução do consumo de energia elétrica, a gestão dos sistemas de água pluviais e a gestão eficiente dos, bio resíduos. Qual a sua calendarização, onde o cabimento orçamental. Também, qual a temporalidade e o investimento orçamental da requalificação e valorização das escolas, seja no edificado, seja nos equipamentos, nomeadamente informático e de apoio à educação física, às TIC e às artes. Todas as escolas deveriam poder cumprir os programas curriculares exigidos pela Direção Geral de Educação e também disponibilizar atividades curriculares na vertente das artes performativas., conforme documento em anexo (Vide anexo nº4). -----

30 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** quanto às reflexões da senhora Deputada nada a dizer, são opiniões. Quanto às questões de substância que digamos, desafiam o município, notas diretas. A questão dos bio resíduos vai ser por iniciativa da Câmara Municipal uma questão a ser trazida em ponto próprio à assembleia, porque com a mesma tranquilidade que disse ao senhor deputado do PAN, que tencionava que mesmo as coisas mais ousadas, não deveriam ser eternizadas ou deixadas como legado imutável, isso é uma pequena traição ao futuro. O que estava em causa, eram 8 milhões e meio de euros anuais, o custo da operação. Como sabiam, o município estava onerado em cerca de 14 milhões de euros, ano para a recolha de lixo doméstico mais o que gastava em contentores, as Águas de Gaia, lançaram um concurso para a compra de contentores de mais 100.000 euros, porque uns são queimados, outros são partidos e muitos deles nem servem para nada. Visitava frequentemente, em trabalho, Lisboa. Comparando,

5 Gaia é um exemplo em recolha de lixo higiene urbana. Dá 10 a 0 a qualquer município das redondezas. Não quer deixar um legado, para os próximos 10 ou 20 anos, de uma operação de 8 milhões e meio de euros por ano quando o dinheiro que sobra para o município investir, dinheiro livre, são cerca de 15 milhões por ano. Se a contrapartida for pagar multa seja. Entende que a lei, é uma lei utópica. Mas era seu compromisso, no primeiro trimestre de 2023, levar os dados todos, os estudos todos e ouvir os deputados e saber o que
10 decidirá o município na sua delegação pelas Águas de Gaia delegação de competências. Concluiu que não irá hipotecar o futuro, porque quando chegou à Câmara entrou com o contrato do estacionamento no concelho todo e taxas no estacionamento, quando sair eles ainda lá ficam. Não era coisa que quisesse fazer a ninguém. E 8 milhões e meio de euros por ano, por muito que a câmara crescesse, não era justo. Apontar a discussão para encontrar um modelo intermédio, o modelo alternativo, um modelo híbrido. Com todo o respeito, é
15 muito demagógico a senhora deputada, dizer que o orçamento municipal que a Câmara prevê é 0, 1% para habitação. Sabe muito bem, que quem gere os fundos municipais próprios da habitação, não é a câmara, mas a Gaiurb, para quem nós transferimos contrato de mandato ou contrato programa dos fundos e lembrar-lhe, que nestes anos entre 2000, aliás, eu apresentei publicamente, entre 2014 e 2022, a Câmara de Gaia sem ter
20 construído um único bairro, gastou 25 milhões de euros em habitação. 11 milhões e meio na reabilitação de Vila D'Este. Reabilitação de eficiência energética nos bairros sociais, substituição de caixilharias e telhas de fibrocimento. Todos os bairros sociais de Gaia, sem exceção, tiveram obras de requalificação, recuperação de casas abandonadas, ou seja, devolutas, em que os inquilinos saem, que até os fios da eletricidade tiram. Cada casa livre que fica, a gente deviam fazer uma festa porque ia uma família nova, ocupá-la. Cada casa livre que fica, são mais 100.000 euros que gastavam na recuperação. Portanto, não era verdade, 0,01%, não era
25 correto e, portanto é evidente que, se quem vende a água são as Águas de Gaia e não a câmara, não tenho orçamento de verba para a água. A habitação é a mesma coisa. Quanto ao orçamento participativo nós identificámos o orçamento participativo jovem de uma forma para mobilizar os jovens. Com todo o respeito por todos vós, à minha exceção naturalmente, são os únicos que são recuperáveis. Já estão todos perdidos, portanto, a recuperar é a chamada democracia. -----

30 **Senhora Deputada Ivone Santos (PSD)** disse que, na opinião do Grupo Municipal do PSD, qualquer documento que tenha como fim último o bem-estar da população não pode escamotear o quadro macroeconómico em que se insere, designadamente o contexto do covid 19, de inflação e de guerra na Ucrânia. Relativamente ao documento em apreço referiu que, em linha com os orçamentos apresentados em mandatos anteriores, o presente orçamento mantém a trajetória de crescimento da despesa corrente, a
35 qual ascende a 166M€ em 2023 face a 148,5 milhões de euros em 2022 e 121,6 milhões de euros em 2021. Em 2 anos a despesa corrente aumentou 44,4 milhões de euros, isto é, 36,5%. Esta situação é tanto mais preocupante quando se constata que a despesa corrente que mais cresceu foi as despesas com pessoal (+15,7M€ em 2022 e + 13,5M€ em 2023, ou seja, em dois anos as despesas com pessoal aumentaram em

5 29,2 milhões de euros, 69,4%). O crescimento das despesas com pessoal, nesta ordem de grandeza, gera uma grande apreensão dado tratar-se de uma despesa "rígida" e que, em caso de retração da economia, poderá gerar pressões financeiras nas contas do Município. Referiu, ainda, que, embora nos anos de 2022 e 2023 existam aumentos de despesa com pessoal decorrentes da transferência de competências, estes não justificam na totalidade o aumento das despesas com pessoal, pois, estas aumentam 29,2M€ e, conforme referido no documento em apreço, o valor de despesas com pessoal referente a transferência de funcionários no âmbito da descentralização é de apenas 14M€ (mas, destes, já tinha sido considerado um impacto de 12M€ em 2022). Assim, parece que, em 2 anos, houve um aumento de gastos com pessoal na ordem dos 15,2M€ que em nada dizem respeito à transferência de competências. Do lado das receitas salientou o forte peso dos impostos cobrados pela autarquia, bem como o seu agravamento. O valor de impostos diretos, principal rubrica de receita, ascende a 97 milhões de euros (+14 milhões de euros que em 2022) e representa 58,5% da receita corrente (+ 5,5 pontos percentuais que em 2022). Se ao valor dos impostos directos se somar o valor de transferências relativo à participação variável no IRS (15,7M€), o valor de impostos arrecadadas pela câmara ascende a 112,7 M€, isto é, 67,9% da receita corrente. Na sua intervenção, referiu também que, conforme já mencionado ao longo do anterior mandato, o PSD considera que os gaienses se encontram demasiado onerados pela carga fiscal e discriminados negativamente em relação aos portugueses de outros Municípios do país, situação que consideram não haver razão para continuar a persistir, motivo pelo qual o PSD, mais uma vez, propôs a descida dos impostos municipais, bem como uma maior devolução da participação variável do IRS aos gaienses. Manifestou ainda preocupação com o facto de, apesar do orçamento apresentado cumprir a regra do Equilíbrio Orçamental, se verificar uma diminuição da margem apurada de 5,9 milhões de euros em 2021 para 569 mil euros em 2022 e 784 mil euros em 2023. Situação que é ainda mais preocupante, na opinião do PSD, se se tiver presente os impactos deficitários do processo de descentralização, que poderão fazer perigar o equilíbrio dos futuros orçamentos municipais e colocar em risco a sustentabilidade financeira do Município. Deixou ainda diversas considerações sobre a estratégia local de habitação e sobre o programa de apoio ao arrendamento. Face a todo o exposto, referiu que o PSD votaria contra o Plano e Orçamento para o ano 2023 (Vide anexo nº5). -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou os devidos efeitos ao senhor Deputado, dizendo que as abordagens são similares a outros pedidos de esclarecimento e, portanto, já foram de alguma forma sugeridas por outras intervenções e respondidas, mas apenas numa lógica de correção, gostaria de dar os seguintes dados. Em março deste ano, a Câmara Municipal tinha 2410 trabalhadores. A massa salarial de 2 milhões 803 mil euros. Em abril de 2022, portanto, no mês seguinte, a Câmara Municipal passou a ter 3.437 trabalhadores. Pagou a massa salarial de 3 milhões 641 mil euros. A diferença entre março e abril foi de 1027 trabalhadores novos, correspondendo a 838.000 mil euros adicionais. O que multiplicado por 14, pensando no ano de 2023 correspondia a 11 milhões 700 mil euros, ou seja, o acréscimo salarial da

5 descentralização correspondia a 11 Milhões 732 mil euros. O aumento da despesa corrente com massa
salarial que aconteceu no passado tinha 3 justificações e nenhuma delas eram novas contratações. A 1ª
Reposição da massa salarial do período pós Troika, que significou um esforço para o município na ordem
dos 600.000 euros mês, durante os primeiros 3 anos. 2ª A incorporação de cerca de 250 trabalhadores
10 correspondeu a uma massa salarial de cerca de 400.000 euros mês, que vieram das águas de Gaia,
decorrentes de internalização do Parque biológico, que a câmara já pagava por via das águas de Gaia e que
passou a pagar no orçamento municipal, não há um cêntimo de acréscimo. Há uma transição do orçamento
das águas que a câmara pagava, para o orçamento da câmara que a câmara paga. A Internalização de 125
trabalhadores oriundos da Gaianima que correspondiam a uma massa salarial na ordem dos 350.000,
330.000 mil euros por mês e que foram integralmente, internalizados na Câmara Municipal. 330 a 350.000
15 mil euros e correspondiam a uma incorporação na Câmara Municipal de zero funcionários novos. A 3ª Razão
para a contratação, enfim, para essa subida de despesas correntes. Eu acho que ninguém a levar a mal se eu
lembrar, que nós tivemos subidas significativas de massa salarial nos últimos 3 anos. Acho que ninguém vai
ignorar que, ao contrário de outros tempos em que tivemos cortes nas pensões, etc., em que a câmara
poupou, porque deixou de pagar o 13º mês (subsídio de Natal). Nestes últimos 3 ou 4 anos, o que nós tivemos
20 foi sempre aumentos de massa salarial. Só para a senhora deputada, ver como é injusta a conta que faz, além
de não ser verdadeira, só com uma reposição de 140 euros por técnico superior medida que foi aprovada em
setembro ou outubro deste ano, mas com efeitos retroativos a janeiro deste ano, portanto, janeiro a
dezembro só com isto, a Câmara Municipal que teve um impacto financeiro de cerca de 1 milhão e meio de
euros a mais de massa salarial ou dos 14 meses do ano. Deixou ainda diversos esclarecimentos à senhora
25 Deputada, nomeadamente, o IMT é um imposto positivo é um imposto à atividade económica. Admitia que
o senhor deputado do chega, defendia que devia baixar o IMI, mas não concordava. O IMT era uma atividade
económica, o concelho de Vila Nova de Gaia foi considerado, na vida imobiliária como primeiro concelho com
maior pujança habitacional de investimento na habitação, do país, mais que em Lisboa e no Porto. Como é
que é possível falar do IMT negativamente, graças a Deus que o IMT estava a crescer e para o ano que
30 duplique, mas não era para o IMT levar à diminuição do IMI. O IMT é conjuntural e, portanto, seria uma
grande maldade que faria para o futuro, para que daqui a 3 ou 4 anos, quem cá estivesse, ter um IMI que
não iria conseguir aumentar e teria o IMT a descer, porque a atividade económica acompanhava. Que
deveríamos agir em contraciclo e de manter o IMI num equilíbrio sustentável razoável, que não era nem alto
nem baixo, era o que estava naquele momento. Deveríamos aproveitar o IMT para fazer grandes
35 investimentos estratégicos e quando ele baixasse estávamos bem. Em 2025, se a senhora deputada no futuro
tiver o poder de decisão sobre isso vai poder retirar o que acha que é supérfluo. Os protocolos são muito
claros, não deixava ónus nenhuns para além de 2025 e queria ver quem irá ter a coragem de chegar ao
município e reverter a situação, porque no dia em que fizerem isso, aí sim, batíamos palmas. -----

5 **Senhor Deputado João Paulo Silva (PS)** disse que pela primeira vez em muito tempo, não preparou uma intervenção antes, porque lhe pareceu ser importante ouvir o que tinha para ouvir naquela noite. Eventualmente, falar das 2 histórias referidas pelo senhor Presidente. Que não tendo a certeza se conheciam as histórias aconselhava a visitarem os parques. Entendia que genericamente estavam todos de acordo, em relação àquilo que eram as grandes decisões do plano e orçamento, pois não via grandes discordâncias e, portanto, ficava claro aquela ideia que, no final da história, tudo acabava bem. Falaram também muitas vezes em baixar impostos sem dizer onde é que o iriam cortar, tirando exceção, pareceu haver uma unanimidade absolutamente latente, se calhar subjetiva, mas achamos que é mesmo objetiva em relação ao projeto político, pois em bom rigor estão de acordo com o fundamental do projeto que está a ser desenvolvido. As referências na área da educação, na área social, na saúde, porque reconheciam a qualidade do trabalho que estava a ser feito, não eram certamente dedicados a Gaia mas começavam a ficar afeiçoados a Gaia. Partilhavam certamente o reconhecimento, e talvez por isso se tenham inibido de falar de coisas como o metro, como o TGV como as obras no hospital, as obras nas escolas, as questões dos transportes, esqueceram-se de falar do que foi a redução da dívida, a redução dos problemas judiciais, do pagamento a fornecedores. Esqueceram-se de falar de muitas outras coisas que, de facto, o que era preciso, era perceberem o quão equilibrado era o exercício que estavam a fazer e que têm feito. Da nossa parte, senhor Presidente, continuamos dedicados a este projeto com orgulho do trabalho que tem sido feito e o que nos compete é acompanhar o mesmo e dar os parabéns pelo trabalho desenvolvido, disse.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse estar absolutamente convicto que se nós tivéssemos deixado passar a oportunidade da aprovação do projeto de alta velocidade sem uma manifestação em Gaia, hoje, a câmara estaria a ser condenada por inércia como condenava quando ela passou ali, sem estação, no entanto, uma estação que vai marcar Gaia e o seu desenvolvimento para o próximo século não pode passar despercebido, uma estratégia integrada do ponto de vista metropolitano, que visa valorizar Gaia como 1, 1 parte do nosso lado sul do rio Douro. Uma relação com a linha rubi numa relação com um transporte rodoviário. Também era bom que se dissesse que nas despesas correntes e ainda a propósito dos transportes, que neste momento, cerca de 2,6 milhões de euros eram para compartilhar transportes públicos, STCP, 2,6 milhões e que há 4/ 5 anos atrás, não tinham sequer enquadramento orçamental. Significa que, de repente, a Câmara Municipal teve de encontrar uma fonte de receita, a caminho de 3 milhões, para sustentar um modelo de transporte público que nós poderíamos dizer que, no próximo ano em Vila Nova de Gaia / Área Metropolitana do Porto vai ter aumento zero. E se os passes tinham aumento zero, não queria dizer que houve congelamento de mercado, queria dizer que alguém irá pagar a diferença na fatura energética do gasóleo, gás natural, no aumento dos salários, o que for. Achava mesmo que a despesa e o modelo encontrado é capaz de incentivar boas políticas sociais. Consolidar a situação económico-financeira da câmara, para enriquecer o património, mas enriquecer o património da Câmara. Com a

5 aquisição, por exemplo, os cerca de 3,6 milhões de euros das oficinas outrora da Moto J para lá construir as
novas oficinas municipais, libertando as atuais oficinas para funções económicas, sociais, como a nova
biblioteca ou a nova incubadora com residência universitária. E quando apostávamos na obrigação de lançar
o novo Centro de Saúde dos Carvalhos, nós não estávamos apenas a lançar uma obra para pagar 100%, nós
estávamos a lançar uma obra que espero no futuro venha a ser ressarcida, se houver força da minha parte,
10 naturalmente e a ser obra para o futuro se houver força para ir aos fundos comunitários buscar. A propósito
a Lusa noticiou o ranking dos investimentos com fundos comunitários na região com o Porto em 1º lugar,
Braga em segundo, Matosinhos em terceiro, Gaia em 4. Ocorre que nas contas, o Porto está o investimento
na Universidade do Porto, conta como Porto e não é Câmara. Nas contas de Braga está o investimento na
Universidade do Minho conta como Braga, mas não é de Braga. Nas contas de Matosinhos ao terminal de
15 cruzeiros de leixões que conta Matosinhos mas não é câmara. Nas contas de Gaia só conta mesmo os fundos
comunitários municipais ou aqueles que por via municipal, nós conseguimos angariar. Ou seja, se tivermos
capacidade, vamos lá buscá-lo, mas vamos lá buscar o dinheiro para um Centro de Saúde que será o primeiro
Centro de Saúde do nosso país, uma verdadeira primeira unidade pré-hospitalar do novo modelo da nova
geração de Centros de Saúde que vamos ter em Portugal. Damos este passo, porque é fundamental, alocar
20 o dinheiro àquilo não pela o que a lei prevê, como competência própria, mas para o projeto de uma sociedade
melhor. Para esta Câmara será mais importante gastar 8 milhões de euros preço base, no Centro de Saúde
dos Carvalhos, do que gastar esse dinheiro em asfalto. -----

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à
votação o Ponto 4.33. -----**

25 **Votação: Aprovado por Maioria, com 35 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes
de Junta de Freguesia do PS e 01 do PAN) e 09 votos contra (05 do PSD, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do IL) e
03 abstenções (01 do CDS e 02 do BE). -----**

Ponto 4.34 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Mapa de Pessoal para 2023.

30

**Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o
Ponto 4.34. -----**

**Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes
de Junta de Freguesia do PS, 01 do CDS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01
35 do CH e 01 do IL). -----**

5 **Ponto 4.35 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto aos Encargos Plurianuais referente à Empreitada Masterplan Arcozelo – Fórum Cidadania de Arcozelo, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo”:** -----

10 •Ano 2023 - € 245.371,90 (duzentos e quarenta e cinco mil, trezentos e setenta e um euros e noventa centimos) IVA Incluído; -----

•Ano 2024 - € 1.472.231,40 (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e um euros e quarenta centimos) IVA Incluído; -----

•Ano 2025 - € 490.743,82 (quatrocentos e noventa mil, setecentos e quarenta e três euros e oitenta e dois centimos) IVA Incluído. -----

15 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.35. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade -----

20 **Ponto 4.36 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, do seguinte:** -----

•Autorizar a Inclusão de 16 (dezasseis) Postos de Trabalho, da Carreira Geral de Técnico Superior, na Área de Psicologia, na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, sendo 05 (cinco) para a Área da Educação e os demais 11 (onze), contratados por 03 (três) anos, pelo tempo de duração do Projeto Gaia Mais Sucesso; -----

25 •Autorizar a anulação do Procedimento Concursal 43/2020. -----

30 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** prestou esclarecimentos aos senhores deputados, visto que a documentação tinha uma proposta de deliberação da Câmara distinta da proposta original e impunha-se uma explicação. O que se estava a fazer era anular o procedimento concursal que foi lançado em 2020 para a contratação de 2 psicólogos na área da educação. Estávamos a anular o procedimento porque quando foi lançado, previa um pequeno apoio numa pequena equipa de psicólogos, às nossas escolas do primeiro ciclo. Entretanto, o Município candidatou-se no âmbito do fundo, criado pela Área Metropolitana do Porto, fundo de apoio aos fatores de vulnerabilidade, a um projeto de cerca de 1 milhão de euros que previa a colocação, de 11 técnicos psicólogos e da área da educação nos diferentes agrupamentos de escolas ou em alguns casos com fusões de agrupamentos, pois não era possível financiar

35

5 todos os agrupamentos. Pelo que se previa a inclusão de 16 postos de trabalho, apenas 5 por tempo indeterminado. Esses 5, por tempo indeterminado, correspondiam aos 2 que tínhamos antes do procedimento e que foi anulado e acrescentavam mais 3 para as EB 2, 3 e secundários. Os outros, seriam contratados por 3 anos tempo de duração do Gaia + Sucesso, financiado pela área Metropolitana. Porquê misturar os 2 neste concurso? Para que os psicólogos que venham a entrar no projeto Gaia + Sucesso
10 financiado pela área Metropolitana, resultem de concurso público e não por escolha. Ou seja, era possível no âmbito do Gaia + Sucesso, a câmara contratar diretamente os psicólogos “por ajuste direto”, ou seja, contratar, como se fosse uma empresa. Para evitar isso a câmara lançava um procedimento concurso público, onde incluía aqueles por tempo indeterminado. Se o projeto daqui a 3 anos fosse renovado, teriam prioridade, seguramente com continuidade de funções. Se não fosse renovado, não criava ónus nenhum à
15 Câmara Municipal. Acabava o projeto, acabava o financiamento. Acabada a resposta surgirá outra, com certeza igual ou melhor. Concluiu reafirmando que não se tratava de um concurso para 16 psicólogos mas 16 postos de trabalho na área da psicologia, como confirmavam os documentos e a própria Ata da reunião de Câmara.-----

20 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.36.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade-----

Ponto 4.37 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Reprogramação Plurianual dos Encargos para Reabilitação Energética do Empreendimento Rosa Mota - Canelas, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo: -----

•Ano 2022 - € 133.525,98 (cento e trinta e três mil, quinhentos e vinte e cinco euros e noventa e oito
cêntimos) IVA Incluído; -----

30 •Ano 2023 - € 367.250,78 (trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta euros e setenta e oito cêntimos) IVA Incluído. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.37. -----

35 **Votação: Aprovado por Unanimidade**-----

5

Ponto 4.38 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Reprogramação Plurianual dos Encargos para Reabilitação Energética de Coberturas dos Empreendimentos Cova da Loba, D. António Ferreira Gomes, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo: -----

10

•Ano 2022 - € 105.445,74 (cento e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos) + IVA; -----

•Ano 2023 - € 264.539,26 (duzentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta e nove euros e vinte e seis cêntimos) + IVA. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o

15

Ponto 4.38. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade -----

Ponto 4.39 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reformulação dos Encargos Financeiros para Reabilitação da Casa Atelier Soares dos Reis, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo: -----

20

• Ano 2022 - € 120.516,12 (cento e vinte mil, quinhentos e dezasseis euros e doze cêntimos) IVA Incluído;

•Ano 2023 - € 200.318,79 (duzentos mil, trezentos e dezoito euros e setenta e nove cêntimos) IVA Incluído

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o

Ponto 4.39. -----

25

Votação: Aprovado por Unanimidade -----

Ponto 4.40 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reformulação dos Encargos Financeiros para Reabilitação dos Jardins e Construções Secundárias da Casa Barbot, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo: -----

30

•Ano 2022 - € 84.800,00 (oitenta e quatro mil e oitocentos euros) IVA Incluído; -----

•Ano 2023 - € 276.709,39 (duzentos e setenta e seis mil, setecentos e nove euros e trinta e nove cêntimos) IVA Incluído. -----

5 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.40.**-----

Votação: Aprovado por Unanimidade-----

10 **Ponto 4.41 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reformulação dos Encargos Plurianuais para Concurso Público “Aquisição de Serviços de Tratamento, Medição e Manutenção do Ar e da Água”, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, reprimado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo:**-----

➤ **Ano 2023**

•**Rubrica 2014 A 65 – € 239.800,00 (duzentos e trinta e nove mil e oitocentos euros) + IVA;**-----

15 •**Rubrica 2014 A 64 - € 15.038,00; (quinze mil e trinta e oito euros) +IVA**-----

➤ **Ano 2024**

•**Rubrica 2014 A 65 - € 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos euros) + IVA.**-----

20 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.41.**-----

Votação: Aprovado por Unanimidade.-----

25 **O Senhor Presidente da Mesa**, referiu que a Informação Escrita, transita, conforme articulado na conferência de líderes, uma vez que havia assuntos da câmara que ainda serão deliberados e, nesse sentido, oportunamente, será convocada uma reunião que terminará a sessão. Referiu que dia 14 de dezembro seria realizada uma assembleia única sobre a desagregação das freguesias. De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo (Vide anexo nº6).-----

30 Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram uma hora e um minuto do dia oito novembro do ano de dois mil e vinte e dois, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

5

A Primeiro Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

10

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)